

Histórias de vida e ancestralidades

» PAULA BALDUINO DE MELO

Antropóloga, professora do Instituto Federal de Brasília — Câmpus Planaltina, integrante da Irmandade Pretas Candangas e do Núcleo de Estudos em Agroecologia NEA Candombá.

Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.dfg@dabr.com.br

CPI dos sujos contra os mal lavados

Um dos riscos que o país corre com a possibilidade de vir a ser instalada uma comissão parlamentar de inquérito no Senado, intitulada de CPI da Covid-19, conforme determinação do ministro do Supremo Luís Roberto Barroso, é que a tal Comissão, em tempos de recrudescimento da pandemia, com o aparecimento das novas cepas do vírus, transforme as relações, já conturbadas, do Poder Legislativo com o Executivo e com o Judiciário em um verdadeiro pandemônio, capaz de esgarçar, ainda mais, a já frágil harmonia entre eles.

Embora se saiba que é próprio do Legislativo o papel de fiscalizar o funcionamento da máquina pública, uma eventual abertura de investigação, faltando pouco mais de um ano para o deslanche das campanhas eleitorais, pode, além de acelerar a inauguração de um palanque político expressivo e oportunista, vir a aumentar os desastrosos na instável área de saúde, trazendo um complicador a mais para a pandemia.

Por certo, é mais do que preciso uma investigação séria e aprofundada sobre as responsabilidades que cabem a cada um dos entes federativos, tanto na administração da crise sanitária, quanto na boa aplicação dos bilhões de reais que, segundo o governo federal, foram disponibilizados para cada estado. Escândalos fartamente denunciados pela imprensa de todo o país, poderão ser mais esmiuçados e os responsáveis, punidos com rigor.

Para todo esse processo, existe um receituário por demais conhecido, com a escolha do presidente da comissão, do relator e dos demais componentes. O problema é com o andamento desses trabalhos sem a presença efetiva e física desses atores no parlamento, tanto dos senadores quanto dos depoentes, além, é claro, das diligências que terão que ser realizadas in loco e na maioria dos estados.

Deixando de lado o trabalho efetivo e técnico da comissão, é preciso fazer ainda um balanço e uma ponderação sobre as relações políticas de governos e prefeitos com a bancada no Senado e na Câmara, isso tendo em vista as eleições de 2022. Apenas sobre essa perspectiva, é possível inferir que na possibilidade de vir a ser provado a malversação do dinheiro público destinado ao combate à pandemia, o que por certo ocorrerá, sendo esse crime de responsabilidade de aliados de peso, essa CPI terá que fazer o que outras, nesse caso, fizeram, que é acudir com panos quentes.

De outra forma rompem-se acordos pré-eleitorais às vésperas do pleito. Nessa hipótese teremos mais uma dispendiosa e inútil investigação. Mesmo no caso de se remeter as várias denúncias para o julgamento do Supremo, o que a população já sabe de antemão é que nenhum desses envolvidos de alto coturno serão punidos. Talvez sobre aí uma punição para o terceiro escalão ou para um mordomo ou porteiro qualquer como forma de justificar todo esse circo.

Com relação ao chefe do Executivo e sua insistência em negar os fatos da pandemia, os desdobramentos efetivos também ocorrerão de acordo com o poder ou a debilidade da bancada do governo dentro do Congresso. Para os brasileiros, por demais experimentados nessas pantomimas, nada de proveitoso advirá dessa CPI, nem mesmo o retorno dos bilhões desviados por toda a parte.

A pergunta que fica é que estofa moral e ético esses mesmos Poderes da República, que agora se mobilizam para investigar o sumiço do dinheiro destinado ao combate da covid-19, poderão agir, já que todos concorreram, a sua maneira, para desmanchar operações exitosas e proflucas como a Lava-Jato, que contou com amplo apoio popular. A bem da verdade, essa deveria ser a CPI dos sujos contra os mal lavados.

»» A frase que foi pronunciada

“O consumidor, atualmente, manifesta sua indignação ou compartilha uma experiência negativa em relação a uma empresa, marca, produto, serviço ou atendimento, de uma forma geral, por meio de diversos meios, como chats, blogs, redes sociais, e-mails, SMS, MMS, entre outros meios. A rapidez com que essa mensagem se torna disponível a um grande número de pessoas é espantosa. Se esses meios são capazes de derrubar governos, imagine o que poderão fazer com uma empresa!”

Excelência em atendimento ao cliente, de Alexandre L. Las Casas

Indébita

» Os bancos justificarem o menor tempo para atendimento ao público tendo como razão a pandemia é um acinte. Primeiro, porque pelo lucro que divulgam anualmente é perfeitamente viável introduzir nas agências todos os cuidados sanitários. Segundo, se a aglomeração de pessoas é um perigo, então o horário deveria ser estendido e não reduzido, assim pelas taxas e anuidades pagas, os clientes teriam mais conforto no atendimento.

PL 3.057/2020

» Outra justificativa de bancos que instiga a inteligência dos clientes é o limite de valor para movimentações financeiras. Se o cliente é o dono das cifras que o banco guarda, parece que a liberdade e a vontade do consumidor, nesse caso, estão cerceadas se quem dita o limite para uso é o banco. Nesse caso, os parlamentares que legislam representando os seus votantes têm a solução. Basta votar em favor da proposta apresentada pelo senador Plínio Valério, que impede as instituições financeiras públicas ou privadas de estabelecer limites para pagamentos ou transferências.

»» História de Brasília

As superquadras e outras áreas do Plano Piloto estão cobertas de “invasões”. É um problema social que se avoluma a cada dia. A solução, entretanto, já está sendo estudada. (Publicada em 30.01.1962)



G O M E Z

libertando-se da ordem (neo)colonial, reinventando-se, com âncora na ancestralidade.

Na perspectiva da pedagogia engajada, pode ser uma técnica que conecta a vontade de saber com a vontade de vir a ser. Pode ser um caminho para descolonizar o sujeito, que passa a (re)conhecer-se. Rememorar sua história é a possibilidade de reencontrar-se. O desafio está na potencialidade deste encontro. Mais do que (re)conhecer-se, a questão central é sentir-se parte destas histórias, incorporá-las à própria vida. As vidas ancestrais passam então a existir no sujeito presente. Esse é o poder da herança-memória, como fala a escritora Lia Vieira.

Contudo, a abordagem pedagógica das histórias de vida é apenas o pontapé inicial para a construção de uma pedagogia contrarcolonialista. A transformação dos espaços educativos também pode ser um elemento relevante na vivência da educação como prática da liberdade. Importante a compreensão de que a sala de aula é somente mais um dos espaços educativos; o tripé ensino-pesquisa-extensão sinaliza que outros

espaços favorecem a construção de conhecimento a partir das vidas que habitam a escola.

As próprias comunidades de origem dos estudantes são espaços educativos. Enfim, a educação como prática da liberdade é um processo complexo. Para torná-la realidade, faz-se necessário transformar o currículo de modo que a pluralidade epistemológica permeie todo o processo formativo.

Histórias para adiar o fim do mundo, de Ailton Krenak, e *A pedagogia engajada*, de Bell Hooks, são também uma inspiração. Se adiar o fim do mundo é sempre poder contar mais uma história, que a sala de aula seja um espaço para que, juntos, possamos contar nossas histórias, transformando-nos em uma comunidade aberta de aprendizado, ofertando e compartilhando conhecimentos sobre como viver neste mundo.

Essa miríade de histórias pode nos ajudar a ampliar o horizonte existencial, enriquecendo nossas subjetividades. Que essas experiências possam contribuir para desnaturalizar a dominação e a opressão, nutrir desejos e práticas para construir liberdade e justiça.

Políticos ou artistas: quem estimula mais os brasileiros a se vacinarem?

» WLADIMIR GRAMACHO

Professor-adjunto da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília e coordenador do Centro de Pesquisa em Comunicação Política e Saúde Pública da instituição

» MAX STABILE

Doutorando em ciência política na Universidade de Brasília e diretor do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados

Desde que voltou ao jogo eleitoral, o já vacinado ex-presidente Lula tem instado a população a também se imunizar contra a covid-19 e a seguir os protocolos recomendados pelos cientistas. O efeito mais evidente do posicionamento do petista foi o giro de 180 graus na retórica negacionista do presidente Jair Bolsonaro, que, agora, eventualmente, aparece utilizando máscaras e admitiu poder se vacinar. Entretanto, nada se sabe sobre o efeito das mensagens do petista sobre pessoas resistentes em se imunizar. A esta altura, lideranças políticas ainda podem influenciar pessoas hesitantes a se vacinarem? Dificilmente, segundo estudos sobre a vacinação contra a covid-19.

Uma pesquisa realizada em maio de 2020 na Universidade da Carolina do Sul, nos Estados Unidos, mostrou que as predisposições estimuladas pela divisão das elites políticas sobre o que fazer (e o que não fazer) tornava nulo até o efeito de mensagens de especialistas acerca de recomendações como o distanciamento social. Ou seja, havia, àquela altura, um jogo jogado.

Outra pesquisa, realizada na Universidade de Utrecht (Holanda) e publicada em agosto de 2020, também apontou as preferências ideológicas como fonte de resistência a estímulos a favor da vacinação contra a covid-19. Nem amigos ou familiares, de um lado, nem agências especializadas em saúde pública, de outro, parecem ter capacidade persuasiva entre os holandeses, sobretudo os de direita, que resistem mais à imunização naquele país — como aqui.

Esse resultado parece consistente com o que vinha ocorrendo no Brasil desde o ano passado. De acordo com duas rodadas de pesquisa realizadas em outubro e dezembro de 2020 pelo Centro de Pesquisa em Comunicação Política e Saúde Pública (CPS) da Universidade de Brasília,

com dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD), o apoio ao governo federal está associado a uma menor intenção de vacinação.

O efeito das preferências políticas é forte também sobre a intenção de vacinação dos brasileiros com a CoronaVac, a vacina chinesa desenvolvida pela farmacêutica Sinovac e produzida no Brasil pelo Instituto Butantan. Segundo artigo recém-publicado na revista *Vaccine* por Wladimir Gramacho (Universidade de Brasília) e Mathieu Turgeon (University of Western Ontario), a resistência dos brasileiros é maior em relação à CoronaVac do que à vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford/AstraZeneca, e essa resistência é especialmente acentuada entre apoiadores do governo Bolsonaro.

Em resumo, a capacidade de influência de lideranças políticas sobre o comportamento das pessoas no Brasil em relação à pandemia e à vacina provavelmente se deu, e novas manifestações públicas provavelmente apenas reforçarão atitudes ou opiniões adotadas pelos brasileiros, tanto à esquerda quanto ao centro ou à direita.

Celebridades talvez tenham mais capacidade persuasiva neste momento. Desde que não tenham militância política, famosos e famosas podem ajudar a furar o bloqueio provocado pelas predisposições ideológicas. Segundo um estudo realizado por pesquisadores das universidades de Nevada e do Arizona, nos Estados Unidos, a atriz Angelina Jolie pode ter mais credibilidade entre os americanos do que uma médica especialista para tratar da importância da prevenção ao câncer de mama. Esse efeito também foi observado em relação ao ator Ben Stiller, quando o tema é a prevenção ao câncer de próstata. Ambos os artistas enfrentaram as respectivas doenças.